

ANAIS DO
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME I

LXIV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1976

PERNAMBUCO E O OCASO DO IMPÉRIO (*).

ARMANDO SOUTO MAIOR
da Universidade Federal de Pernambuco.

Durante muitos anos, debrucei-me sobre a documentação existente nos arquivos de Pernambuco, Paraíba e Alagoas e no Arquivo Nacional, relativa à década de 1870/1880. O que vou dizer aqui, entretanto, nada tem de definitivo. A História é uma elaboração permanente e o historiador reflete, de certa forma, sua essência. Talvez, por essa mesma razão, sejam suscitados aqui mais problemas e não, propriamente, escavadas intransponíveis trincheiras documentais em torno de teses e posições.

A limitação exatamente de uma década não é uma posição teórica ou metodológica, pois nem século nem década podem ser considerados critérios para uma aceitável periodização histórica. As datas desta análise, portanto, deverão ser entendidas como marcos e não como fronteiras. Essa década tem globalmente uma característica que lhe dá homogeneidade: é a fase crítica da decadência das instituições monárquicas. É a década da Questão Religiosa, o maior abalo que experimentou a Igreja no Brasil e se pode dizer que a inteligência nacional nessa época foi radical. Não apenas a que chamaríamos de *institucionalizada* como a da Faculdade de Direito de Recife, mas a de personalidades como um Joaquim Nabuco que confessa

“nesse tempo e durante alguns anos o radicalismo me arrastava e eu sou, por exemp'lo, dos que tomam parte ativa na campanha maçônica contra os bispos e contra a Igreja. Entro nas idéias de Feijó de uma igreja nacional, independente da disciplina romana”.

(*) . — Conferência pronunciada no dia 4 de setembro de 1975 no Auditório do Colégio de Sergipe (*Nota da Redação*).

Onde estariam as raízes da ressurreição do antijesuitismo dessa época? Como justificar a violência do pensamento de um Carneiro Vilela, de um Franklin Távora, de um Aprígio Guimarães, sem falar nos artigos contundentes de Saldanha Marinho, o terrível Ganganelli?

Provavelmente são bem velhas. Disse Adrien Balbi, referindo-se aos jesuitas em Portugal, que jamais um poder sem armas foi em qualquer país tão absoluto. No Nordeste, enquanto os jesuitas ergueram o edifício de seu formalismo escolástico, outros padres, os oratorianos, procuraram conciliar melhor a fé com as letras. Nas suas classes do Recife ensinavam em compêndios próprios noções de História e Geografia. Havia, pois, elementos de comparação e julgamento.

O Seminário de Nossa Senhora das Graças, em Olinda, fruto tropical da reforma pombalina, é provavelmente o tronco desse radicalismo nordestino — mas definitivamente pernambucano — que aparecerá na segunda metade do século XIX. Fora no prédio mesmo do antigo colégio dos jesuitas que Azeredo Coutinho instalara o novo seminário. Português, francês, história, geografia, física experimental, história natural e química eram as inovações que dariam ao Seminário de Olinda elementos para que Tollenare em suas *Notas Dominicais* o comparasse a um liceu francês. Melhor seria dizer que foi uma rutura com a arcaica tradição jesuítica do ensino colonial. O antijesuitismo, a partir desse momento, passa também a significar uma abertura a novos horizontes do espírito e da inteligência. Gilberto Freyre registra agudamente que o Seminário de Olinda assumiu “*um caráter quase escandaloso para o tempo*”. O seu ensino correspondia às novas necessidades do país, evoluindo do patriarcalismo agrário para situações sociais mais complexas, originadas pela vida urbana e pré-industrial, exigindo técnicos e não apenas artífices e escravos.

A geração que saiu do Seminário de Olinda foi multiplicadora de idéias liberais. Liberais não no sentido partidário da palavra. Um liberalismo brasileiro, pois aqui os princípios liberais não se forjaram, como na Europa, na luta da burguesia contra os privilégios da aristocracia e da realeza. Liberalismo de bachareis filhos de senhores de engenho, com uma peculiaridade, que é sua conciliação com a Igreja. Antijesuítico, é verdade, porém católico e apostólico. A presença dos padres nos movimentos revolucionários é, ao mesmo tempo, causa e efeito dessa categoria histórica. Capistrano de Abreu não hesitou em dizer que, sem o bispo Azeredo Coutinho e seu Seminário, não teria surgido a geração idealista de 1817 e não é sem razão que a revolução feita por ela foi chamada também de “revolução de padres”.

Porem, na história do pensamento brasileiro da segunda metade do século XIX — especialmente no Nordeste — melhor seria falar plu-

ralmente de radicalismos. E um ponto singular de referência para o estudo das idéias e da sociedade brasileira dessa época é a figura do extraordinário e admirável sergipano que foi Tobias Barreto, que um dia aporta ao Recife com uma poesia no bolso — a famosa *À Vista do Recife* — e 94 mil réis no outro. Não é de admirar, na política de 1867, que Tobias fosse preterido na nomeação para professor de Filosofia do Ginásio Pernambucano por outro concorrente que fora classificado em segundo lugar. Foi este o nomeado, sob o pretexto de que era casado. Os interesses da prole confundiam-se assim com os da Filosofia.

Araripe Júnior confessa que foi através de Tobias que, pela primeira vez, soube que havia um Darwin e um Haeckel. Tobias Barreto sentiu, como nenhum outro intelectual de sua época, que o mundo se transformava, que as tendências românticas iam cedendo terreno ao pensamento crítico que se baseava na ciência.

Do seio da sociedade burguesa de então surgiram teorias que interpretavam sua evolução e seus anseios. Não era mais possível tratar os problemas sociais em estrofes condoreiras. Politicamente, tanto entre os conservadores como entre os liberais, há quem compreenda as mudanças sociais e se disponha a partir, com maior ou menor cautela, ao seu encontro. Tanto num grupo como no outro, há nomes que encarnam a reação e a imobilidade. Interessam menos onde se pretende enfocar mudanças e transformações de uma maré democrática. As contradições da época são variadas. O problema da grande propriedade, sempre tão resguardado, é discutido por um visconde, marechal de campo, o Ministro do Supremo Tribunal Militar, Beaurepaire Rohan, na mesma ocasião em que um dos líderes do Partido Liberal, João Luís Vieira Cansação Sinimbu, presidindo o I Congresso Agrícola, proclama:

“a grande propriedade tem sido e continuará ainda por muitos anos a ser a poderosa alavanca do nosso progresso em suas variadas manifestações”.

Disse, simplesmente, Rohan que cumpria

“não confundir a grande lavoura com a grande propriedade”

e que aquela nesta havia podido manter-se por meio do elemento servil. E profeticamente completou:

“não está longe a época em que não haverá mais um só escravo no Brasil”.

Beaurepaire Rohan é incisivo ao condenar a escravidão e diz que o escravo

“tão pouco inte-essado nos lucros do seu senhor, é entretanto compelido ao trabalho por esses meios violentos, que estão em uso, e que tão negro estigma imprimem em nossa moralidade”.

Incisivamente escrevia em seu hoje raro opúsculo *O Futuro da Grande Lavoura e da Grande Propriedade no Brasil* que o porvir da agricultura e a riqueza do país estariam seguros se fosse tomada uma medida espantosa para a época: a conversão dos escravos em colonos e transformação das fazendas em colônias agrícolas.

As consequências sociais da concentração fundiária não passaram despercebidas nesse período. Um antecessor de Henrique Pereira de Lucena no governo da província de Pernambuco, Domingos Velho Cavalcanti de Albuquerque, paraibano que a governou em 1871, já constatara o quanto era nefasto o domínio do latifúndio na sua jurisdição, com palavras de permanente atualidade e rara acuidade histórica:

“Realmente há uma parte de nossa população profundamente desmoralizada, perdida até; mas resta uma grande massa, donde podem sair braços úteis. Que garantias, porém, acha esta para seus direitos, que segurança para os serviços que presta, que incentivo para perseverar nas boas práticas?”

A constituição de nossa propriedade territorial, enfeudando vastíssimas fazendas nas mãos dos privilegiados da fortuna, só por exceção permitiu ao pobre a posse e domínio de alguns palmos de terra. Em regra, ele é rendeiro, agregado, camarada ou o que quer que seja e sua sorte é quase a de um antigo servo da gleba.

Como espelho da renovação desse período seria oportuno lembrar várias medidas do gabinete Zacarias que indicam a existência de um outro ritmo político: liberdade de cabotagem, abertura do Amazonas, navegação subvencionada para os Estados Unidos e estruturação do crédito agrícola. É o velho liberalismo do Primeiro Reinado, conservador, que se vê sofrendo um processo de renovação bem caracterizado pelo Programa-Manifesto de 1869 em que se explicam e se apresentam reivindicações políticas mais profundas. Reclamou-se, então, responsabilidade do Ministério, a prática do princípio de que o rei devia reinar e não governar, descentralização com autonomia das províncias e dos municípios; liberdade de indústria e comércio; independência do poder judiciário e limitação do Conselho de Estado à categoria de or-

ção consultivo de administração, sem contudo, ter autoridade política.

Pouco depois, os radicais do liberalismo completaram esse programa. Em 1870 funda-se o Partido Republicano entre seus quadros. Poder-se-ia dizer, então, que a década de 1870-1880 começa com uma evidência, a desagregação do regime monárquico no Brasil, expressa no famoso Manifesto de 70, que mereceu do Prof. Reynaldo Carneiro Pessoa, da Universidade de São Paulo, lúcida análise, publicada recentemente na *Revista de História*. Pode-se, provavelmente, com muita razão, dizer-se que programas, proclamações e manifestos refletem uma parte menor da realidade política de um país. O povo, como sua maior dimensão, é que lhes dá importância e exequibilidade. Porém, seja-me permitido perguntar: — o que poderíamos entender como *povo* nesse período? É contundente a afirmativa de Hermes Lima de que o Império não tinha povo no sentido político da palavra. O povo brasileiro, como realidade política, seriam as 300 ou 400 mil pessoas pertencentes às famílias proprietárias de escravos, senhores de engenho ou fazendeiros, de onde saíam os bachareis, os médicos, os padres e os chefes de empresa, dotados de universo crítico e cultural capaz de entender o que vinha a ser monarquia, república, sistema representativo, direito de voto, governo etc. Um milhão e meio de escravos, talvez um milhão de índios (que o governo insistia em reduzir para 400.000), agregados de fazendas, trabalhadores braçais nos engenhos, vaqueiros e operários rurais primitivos, cujo horizonte político era seu próprio horizonte visual, interferiram pouco na vida nacional. Daí os partidos políticos terem sido de certa forma ficções institucionais e poder o Imperador chamar ao governo qualquer conservador ou liberal para realizar o programa que sua augusta conveniência determinasse.

O Nordeste de 1870 reflete em dimensões provinciais o que há e o que se passa na Nação. Estatísticas dos fins da década revelam que nas seis maiores províncias o desemprego é superior a 50%. A relação entre os que têm e os que não têm trabalho é espantosa: na faixa etária entre 13 e 45 anos há 1.434.170 trabalhadores livres, 650.540 escravos da lavoura e 2.822.583 desocupados. Nas estatísticas gerais do Império representava Pernambuco uma das regiões mais desenvolvidas; embora seus 1.288 engenhos gemessem e moessem as vicissitudes da escravidão, nessa época implantavam-se no Recife centros de indústria manufatureira, fábricas de tecidos e bancos de capital inglês. A cada 24 horas, dois navios estrangeiros, em média, ancoravam no Recife, desembarcando mercadorias e imigrantes, levando grandes carregamentos de produtos agrícolas.

Os processos de mecanização da produção, introduzidos em Pernambuco pelos ingleses, eram comentados e aceitos em relatórios e do-

cumentos do governo. O capital inglês aplicado no Brasil até 1860 fora relativamente pequeno. Cresceu muito nesse período e embora infelizmente não se saiba exatamente o total das remessas de dividendos, apesar dos estudos de Alan Manchester e Richard Graham, e é admissível que correspondessem a uma média de 6% dos investimentos ao ano, cifra muito alta quando se tem em conta as reinversões muito expressivas feitas entre 1871 e 1880. É conveniente que se diga que nesse período construíram-se 5.199 kms. de estradas de ferro, com capital e técnicas inglesas, o que significa quase quatro vezes mais que os vinte anos anteriores e muito menos que os dez anos seguintes. A Inglaterra foi o grande exportador e os Estados Unidos o grande importador das relações de nosso comércio internacional nessa época. O Brasil importava da Grã-Bretanha não somente o capital e conhecimento técnico, mas também a alimentação das classes médias e altas das cidades costeiras

“Vieram, nessa época, engenheiros, funcionários e comerciantes ingleses, não apenas para o doce Brasil — diz espiritualmente Gilberto Freyre — mas também para o Brasil da febre amarela, da comida plebeiramente cozinhada com muita banha, muita cebola, muito alho, das viagens ásperas por terras paludosas, da cachaça em vez de vinho do Porto. O Brasil de matutos e até miseráveis, para quais todo inglês era um Rothschild de rico”.

Mauá foi um dos muitos meninos pobres brasileiros que, como caixeiros de armazens ingleses receberam influências inglesas. Muitos outros, ricos e remediados, cursavam colégios ingleses ou eram educados por preceptores ingleses, e vale aqui o testemunho de uma pernambucana, filha de senhor de engenho, Flora Cavalcanti de Albuquerque, viúva de Oliveira Lima, que confessou a Gilberto Freyre: “só sei rezar em inglês”.

Tobias Barreto destacou, com indisfarçada ironia, nosso anglicismo parlamentar, assinalando que enquanto a política falava inglês, enquanto o Brasil fingia-se inglês em assunto de governo, continuava *a ser ele mesmo* na religião, na ciência, na indústria, no comércio e nos demais pontos e relações da vida social.

Em Pernambuco — essa é com variantes pouco expressivas a situação política das outras províncias — a ausência da opinião do povo, malgrado as estatísticas economicamente otimistas, degradou o processo eleitoral, em contrafação política. E daí as camadas dominantes imprimirem às suas divergências caráter essencialmente parlamentar e constitucional. A partir da Independência, quando o Estado deixa de ser controlado por uma família reinante e passa a ser dirigido

pelas chamadas classes produtoras, o regime parlamentar foi o grande e solene cenário de divergências pacíficas e quase sempre eloquentes. Não se diga, porém, que o Parlamento no Império foi apenas um solene acordo de cavalheiros. Nele as forças sociais que representaram o grande drama governamental das províncias, exprimiram seus interesses e aspirações. Corresponde à concepção política dominante no seu tempo entre a maioria das nações ocidentais.

Nos seus *Anais* pode-se acompanhar grande parte das transformações da sociedade brasileira e seria injusto repetir-se o que já foi amargamente escrito, ou seja, que nas atas parlamentares entremeiam-se a erudição esteril com a insigne conversa fiada. Ao historiador brasileiro contemporâneo não deverá causar espanto suas incongruências com as realidades nacionais. Em países onde a diferença cultural entre a elite e a massa é muito profunda, toda organização política oferece esse aspecto de artificialismo. A estrutura política não podia se limitar apenas a considerar o que era o nosso grande triângulo de problemas: o regime escravocrata, a massa iletrada e a monocultura. Viveu-se uma categoria histórica, muito comum no Ocidente, onde uma estrutura mais atrasada passa a se servir de métodos políticos mais adiantados. Resultaram disso inconveniências e contradições, mas foi, indubitavelmente, uma condição de progresso, uma etapa de nossa evolução social.

O que se chamou de partido conservador era evidentemente o grupo menos entusiasmado por mudanças e reformas. O Conselho de Estado, o Senado vitalício e as prerrogativas do Poder Moderador foram símbolos antepostos às mudanças estruturais. Não se pode negar que era muito divulgada a idéia de que o país não praticava melhor as instituições porque o povo não tinha capacidade para o governo livre. A versão da frase *cada povo tem o governo que merece*, mais ou menos repetida ainda hoje, na década de 70 era “*é mau o povo, não pode ser bom o governo*”. Era assim que os conservadores arquivavam como utopias as idéias democráticas.

Até 1870 não se vê grande esforço do governo imperial para melhorar o nível de vida das camadas mais humildes da população. Não seria, pois, de se estranhar, a onda de agitação que atingiu o país em 1874 e que no Nordeste assumirá formas muito curiosas. Refiro-me, especificamente, ao movimento dos “quebra-quilos”, surgido simultaneamente na Paraíba e em Pernambuco, espalhando-se pelas províncias vizinhas.

A expressão quebra-quilos não é, entretanto, nordestina. Apareceu no Rio de Janeiro, nas arruaças de 1871, quando grupos de marginais e desocupados depredaram algumas casas comerciais que esta-

vam usando o novo sistema de pesos e medidas. Como gritassem *Quebra os Quilos! Quebra os Quilos!*, a expressão passou genericamente a indicar todos os movimentos de contestação ao governo a respeito do recrutamento militar, cobrança de impostos e adoção do sistema métrico decimal. Nem a arquivística nacional escapou a essa generalização. Ainda hoje, parte da documentação sobre esses acontecimentos acha-se reunida em um só códice no Arquivo Nacional, onde quebra-quilos paraibanos, pernambucanos, cearenses e revoltadas mulheres mineiras e paulistas contra o recrutamento de seus maridos, repousam na paz de uma única classificação.

Embora o quebra-quilos seja, de certa forma, um movimento mudo e hesitante, comparativamente a outros movimentos do século passado e do atual, não se poderia dizer que é cego, fruto da fúria de assassinos e bandidos. A consciência política é uma aquisição lenta e de algum modo sistemática. Os sediciosos que aparecem no noticiário político da época pertencem ao mundo dos que não liam nem escreviam livros expondo idéias. Os de maior categoria social são extremamente cautelosos e agem mais como *profiteurs* do que como agentes ativos.

A revolta resultou da própria evolução da economia do Império e seus componentes nem sempre têm uma noção precisa do que seja o Estado e sua máquina de soldados e policiais, cobradores de impostos, diferenciação de classes, concentração fundiária e partidos políticos.

Faltou ao Quebra-Quilos um Euclides da Cunha. A revolta ficou historicamente na obscuridade dos episódios pouco estudados e a complexidade de sua mecânica social desestimulou a pesquisa sobre o assunto. Muitas vezes, os quebra-quilos são tipos sociais semelhantes aos jagunços de Antônio Conselheiro e suas reivindicações aproximadas. A ótica como vêm as instituições — tanto jagunços como os amotinados de 1874 — tem a mesma etiologia e daí ter-se dito e repetido, com maior ou menor insegurança, que a principal causa da revolta foi a ignorância, geradora da reação das populações sertanejas ao recrutamento militar, que lhes parecia injusto, aos impostos e à implantação do sistema de pesos e medidas, baseado no sistema métrico decimal francês, instituído no Brasil, por uma lei de 26 de junho de 1862.

Na verdade, os quebra-quilos têm entre si o parentesco da pobreza e potencialmente sempre foram inimigos daqueles a quem consideravam exploradores, mal sabendo, talvez, exprimir o conceito dessa palavra, sentindo, porem, que tentavam impor as suas próprias regras. Essa situação traz em si o germe do movimento. Ao romper-se o equilíbrio social, mal conservado pelas contradições dos proprietários nordestinos, pela revolta contra a lei do alistamento militar, implantação

do novo sistema de pesos e medidas, pelos ressentimentos religiosos e reação contra o excesso tributário, foi inevitável o aparecimento de um tipo especial de bandido, o bandido social transitório, às vezes paradoxalmente conservador, como são quase sempre os líderes quebra-quilos.

Em diversas cidades, o Quebra-Quilos não passa de uma *turba*, sem atingir, ao menos, a gradação de *sedição*, como se depreende do noticiário de jornais da época como o *Despertador* na Paraíba e a *Província* em Pernambuco. Se bem que o conceito de “turba” seja extremamente elástico e plurivalente, aplicável, na maioria dos casos, a movimentos pré-políticos urbanos, a circunstância especial de um grupo de quebra-quilos, na sua maioria agricultores, viverem nas vilas onde os acontecimentos marcantes têm lugar nas feiras, nas igrejas e nos cartórios, enfim em centros econômicos e sociais de comunidades urbanas pré-industriais, a subversão da ordem coloca-se, repetidas vezes, precisamente nesse nível.

A década de 1870 a 1880 é também a década da Questão Religiosa o maior abalo que experimentou a Igreja do Brasil no Segundo Reinado. Depois dos estudos de Nilo Pereira, creio que não há mais nada a se dizer sobre o assunto. Valho-me de sua obra aqui, somente para repetir que a Questão Religiosa foi um dos grandes motivos de debate jornalístico. A imprensa do tempo era essencialmente polêmica — diz Nilo Pereira — com inteira razão. Bastaria lembrar os nomes de Soriano de Souza, Carneiro Vilela, Franklin Távora e Aprígio Guimarães.

O *Diário de Pernambuco*, por exemplo, foi fiel à sua época. Foi polêmico e tomou partido. Acusou os jesuitas como os grandes responsáveis pelo Quebra-Quilos e pela Questão Religiosa.

A falta de gazetas e o medo de falar alto fizeram surgir na colônia uma singular forma de imprensa — o pasquim — pregado nos muros, mais ou menos às escondidas, tirado em cópias e metido por debaixo das portas. Formas ilegais de comunicação, sorradeiras, perigosas para as autoridades, constituíram, entretanto, os pasquins uma forma de protesto contra a preponderância e a censura. Às vezes se aparentam com cartas anônimas e calúnias. O mais antigo de que se tem notícia é da autoria de um certo Jorge Martins, aliás redigido contra a chamada Companhia de Jesus. O antijesuitismo que veremos explodir no *Diário de Pernambuco* por ocasião da Questão Religiosa e da Revolta dos Quebra-Quilos é, portanto, antigo. Em 1608, a Câmara de São Paulo mandara abrir devassa sobre um papel pregado na porta do Colégio da companhia, e numa das sátiras de Gregório de Matos, queixa-se a Igreja dos libelos pregados nas praças:

Onde escrevem sem vergonha
Não só brancos, mas mestiços
Que para os bons sou inferno
E para os maus paraíso.

O *Diário de Pernambuco* da década de 1870 a 1880 é polêmico. Reflete os conflitos de seu tempo. Seu duelo diário com outro jornal “A Província”, é um dos mais curiosos capítulos da história da imprensa brasileira. Nilo Pereira esmiuçou, letra por letra, linha por linha, nos seus editoriais e noticiários, as posições governamentais em relação à Questão Religiosa. E escreveu páginas definitivas sobre o assunto. Deixou como legado de prudência e honestidade intelectual a indagação da participação dos jesuitas no movimento dos Quebra-Quilos. Nenhum historiador poderia abordar este tema sem o *Diário de Pernambuco* de 1874 e 1875 nas mãos.

As sedições dos quebra-quilos, tomadas aqui em sua pluralidade, poderiam ser encaradas como reformistas de maneira apenas limitada. Raramente os matutos que tomam parte na agitação concebem a construção de uma nova sociedade. O que pedem em seu limitado universo mental e político é a correção do que lhes parecem anormalidade e injustiças da velha ordem tradicional.

O movimento não seria, segundo as notas oficiais do Partido Liberal — e tal fato em suas linhas gerais é seguramente verdadeiro — um movimento de partido e premeditado, e sim uma espontânea resposta popular à situação vigente. Resposta violenta aos bachareis, deputados, câmaras, coletorias, cartórios e impostos, peças fundamentais da engrenagem político-administrativa da época. Os enfoques locais fazem com que apareçam como causa principal, como *leit motiv*, a política dos governadores provinciais. Se na Paraíba é Silvino Carneiro da Cunha que “lança impostos sobre gêneros alimentícios e sobre o chão que se pisa”, convertendo “o povo em escravos de sua feitoria” como dizia agressivamente o jornal *A Província*, no Recife, o governador Henrique Pereira de Lucena seria o pai e a mãe de todas as desgraças que se abatiam sobre Pernambuco.

O decênio que viu suas finanças dirigidas pelas maiores figuras do Império, como Itaboraí, Torres Homem, Cotegipe e Silveira Martins, viu também o prosseguimento de uma política que jamais procurou apóio popular e que repetia, cuidadosamente, os mesmos erros. Este foi o seu grande e máximo pecado.